

# A pesquisa no campo da Contabilidade e da Administração: um olhar acadêmico

**Alexandre de Medeiros Motta**

Docente da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul),  
graduação em História com especialização em Metodologia do Ensino Superior,  
Mestre em Ciências da Linguagem  
*amotta@unisul.br*

## Resumo

*Falar de pesquisa no âmbito acadêmico e de maneira generalizada é uma tarefa extremamente complexa nos campos da contabilidade e da administração. Contudo, torna-se um desafio estimulante, pois volta o nosso olhar para as vantagens que uma pesquisa pode proporcionar aos profissionais das áreas já apontadas, principalmente em um mercado traçado pela valorização do capital humano, um dos diferenciais realmente inegáveis. Para isso, acredita-se que seja necessário lembrar a diversidade de critérios que existem para classificar as pesquisas, como também, o próprio Estudo de Caso, uma modalidade de investigação amplamente desenvolvida no âmbito da Contabilidade e da Administração. Além do mais, torna-se pertinente dizer da necessidade de um diálogo contínuo, que deve ser estabelecido entre as referidas áreas, principalmente no meio acadêmico, a fim de alcançar a formação geral, uma das qualidades que define o perfil do profissional do futuro.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Pesquisa. Estudo de Caso. Capital Humano. Patrimônio. Ciências Sociais.

De modo geral, uma investigação consiste no ato de livrar-se de uma dúvida para buscar uma resposta, mesmo estando ligada ao senso comum. Por isso toda pesquisa nasce do desejo de encontrar resposta para uma questão, proporcionando a quem diligencie a aquisição de um novo conhecimento, uma vez que o problema (da pesquisa) está articulado a conhecimentos anteriores, construídos por outros estudiosos. Porém, quando se fala em pesquisa na universidade, muitas vezes, esta atividade tem sido entendida como o domínio de um conjunto de procedimentos, de técnicas, sob a denominação de metodologia. Nesta perspectiva, a questão do método é reduzida a uma simples aplicação de técnicas, como, se em decorrência do rigor desta aplicação, pudessem haver pesquisas “melhores” ou “piores”.

Hoje, no entanto, este entendimento deve ser superado pela comunidade acadêmica, pois através da pesquisa pode-se vislumbrar uma série de vantagens para além da aquisição de novos conhecimentos, ou seja, como cada vez mais se dá valor ao capital humano, que é o grande diferencial das empresas, é necessário buscar novas habilidades, como criatividade, iniciativa, autonomia e a capacidade própria de trabalhar em grupo. Eis aí o grande desafio das atividades pedagógicas relacionadas ao âmbito investigativo, uma vez que “o grande desafio do profissional daqui para frente será o de ter uma formação ampla, que o capacite para diversos setores” (ARAÚJO, 2003, p. 13).

No campo da contabilidade e da administração essa situação não é diferente, pois se trata de aquisição de conhecimentos sociais, sobremaneira preocupados com o elemento humano, menos controlável do que os fenômenos físicos, objetos de mensuração nas ciências naturais. Assim, na Contabilidade como na Administração, ou em outras ciências soci-

ais, não se pode esperar precisão em suas mensurações e predições, como acontece nas ciências naturais, uma vez que a característica dessas ciências é terem por objeto de estudo o próprio homem, como um ser inteligente, livre e social, que está inserido em um contexto formado pela diversidade cultural.

Atualmente, fica difícil dizer com precisão qual é a maior preocupação das ciências sociais em relação ao homem. Contudo, através dessas ciências, pode-se garantir o estudo sistemático e objetivo dos fenômenos empíricos, que se desenrolam nos mais variados campos, inclusive nos da Administração e da Contabilidade. A partir daí, pode-se entender o empenho necessário no sentido de construir métodos e técnicas adequados ao estudo das diversas realidades, rumando o conhecimento para o domínio da lógica e não apenas para o da experiência.

De modo específico, pode-se dizer que a Contabilidade,

*tem por objeto captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja este pessoa física, entidade de finalidade não-lucrativa, empresa ou mesmo pessoa de direito público, tais como o estado, o município, a União e as autarquias, entre outros. (Parra Filho; Santos, 2000, p. 125).*

Complementando, Sá (1996, p. 110) ressalta que a profissão contábil,

*consiste em um trabalho exercido habitualmente nas células sociais, com o objetivo de prestar informações e orientações baseadas na explicação dos fenômenos patrimoniais, ensejando o cumprimento de deveres sociais, legais, econômicos, tão como a tomada de decisões administrativas, além de instrumentação histórica da vida da riqueza.*

Todavia, esse aspecto da “tomada de decisões administrativas” exige, hoje, do profissional contábil, um diálogo contínuo com outras áreas de conhecimento, como é o caso da

Administração, pois através dessa ação é que se atende ao objetivo principal da escola, o de preparar o cidadão para viver numa sociedade em contínua transformação. Além do mais, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDBEN, 9394/96, art. 1º). E de modo mais específico, no art. 43 desta lei, dentre as finalidades da educação superior, destaca-se: “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”. Assim, entende-se a necessidade do aparecimento cada vez mais freqüente de elos disciplinares, que são outras tantas disciplinas novas.

Por outro lado, voltando-se agora para o objeto de estudo da Administração, pode-se dizer que ela examina o patrimônio do aspecto da gestão na busca de formas eficientes de gerir e manipular riquezas de uma entidade. Segundo Chiavenato (1990, p. 10), “a tarefa da administração é a de interpretar os objetivos propostos pela organização e transformá-los em ação organizacional através do planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis de organização, a fim de alcançar tais objetivos da maneira mais adequada à situação”.

Portanto, pode-se afirmar que “a Contabilidade estuda os atos e os fatos administrativos, servindo-se de cálculos; e dá normas adequadas para o registro de tais fatos, a fim de que se venham a conhecer os seus efeitos sobre o patrimônio administrativo. As suas funções são, portanto, funções de cálculo e de

registro” (POISL, [1985], p. 95-96), enquanto “o administrador, tem como preocupação maior a empresa, ou seja, as inter-relações entre os trabalhadores, os produtores, os consumidores e as instituições”<sup>1</sup> (PARRA FILHO; SANTOS, 2000, p. 124).

Como se observa, a diferença fundamental entre ambas as áreas de conhecimento (Contabilidade e Administração) está, necessariamente, situada no enfoque atribuído ao estudo do objeto, que é o patrimônio. Nesse sentido, pode-se dizer que esse enfoque é de natureza prática e não somente teórica. Daí pertencerem às chamadas Ciências Sociais Aplicadas, que buscam a utilização dos conhecimentos consolidados na solução de problemas concretos.

Segundo o critério da finalidade<sup>2</sup>, a **pesquisa aplicada** é o tipo mais recomendável no meio empresarial e das organizações, pois visa resolver problemas, a partir de um quadro teórico de referência, principalmente no que se refere aos resultados econômicos e sociais esperados pelas organizações. Por outro lado, é interessante dizer que a pesquisa básica ou “pura”, que na maioria das vezes origina a própria pesquisa aplicada, está condicionada a “[...] desenvolver teorias científicas [...], cujos resultados não são aplicáveis imediata e necessariamente em determinada atividade prática” (OLIVEIRA NETTO, 2005, p. 10).

Assim, tomada num sentido amplo, pode-se afirmar que a noção de pesquisa está vinculada a toda atividade voltada para a solução de problemas, como trabalho específico de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade. Por sua vez, no âmbito da ciência, é a ação que vai permitir elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimen-

1 Hoje, estes agentes são comumente conhecidos como “parceiros” ou “colaboradores”.

2 Este é um dos critérios comumente adotado por vários autores para classificar a pesquisa.

tos, que auxiliem na compreensão daquela realidade e oriente nas ações a serem procedidas. Tais definições permitem entender o porquê de cada pesquisa possuir um desenho metodológico específico, que é pensado a partir da natureza do problema delimitado e proposto pelo investigador.

Como existem vários tipos de pesquisa, torna-se pertinente apontar três critérios<sup>3</sup> de classificação mais comuns, que, segundo Oliveira Netto (2005), podem ser apresentados do seguinte modo:

- a) quanto aos **objetivos**, a pesquisa pode ser: Exploratória (estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto desta e orientar a formulação de hipóteses); Descritiva (estudo, análise, registro e interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador) e Explicativa (registra fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas, buscando fundamentalmente o porquê das coisas);
- b) quanto ao **objeto**, a pesquisa pode ser: de campo (ciências sociais); de laboratório (quase sempre experimental); bibliográfica (utilização de fontes bibliográficas para pesquisa);
- c) quanto à **finalidade**, a pesquisa pode ser: Fundamental, Pura, Básica ou Acadêmica (busca aumentar a soma de saberes disponíveis) e Aplicada (contribui para resolver um problema, a partir de um quadro teórico de referência).

Como se viu, a definição da noção de pesquisa científica no campo da Contabilidade e da Administração está relacionada muito mais a uma necessidade prática, tanto no âmbito comum como no da ciência, tratando-se, pois, de uma atividade própria da natureza humana, que parte sempre da reflexão, o único veículo viável para o homem compor seu contorno social e político.

Outro tipo de pesquisa muito comum nesses dois campos de conhecimento é o do **Estudo de Caso**, também denominado *case studies*, que se caracteriza por apresentar grande flexibilidade em sua estrutura de desenvolvimento. "Isto significa dizer que é impossível estabelecer um roteiro rígido que determine com precisão como deverá ser desenvolvida a pesquisa [em questão]" (GIL, 1996, p. 121). Através dela, se analisa algo que tem valor em si mesmo, ou seja, as características que o caso tem de único, singular ou particular, mesmo que existam casos similares.

Pode-se dizer que o estudo de caso é uma situação particular que "[...] se aplica com pertinência nas situações em que o objeto já é suficientemente conhecido a ponto de ser enquadrado em determinado tipo ideal [ou modelo teórico]" (GIL, 1996, p. 59). Daí afirmar que "estudar algo pelo seu valor intrínseco implica valorizá-lo em sua unicidade e não como suporte para a generalização, como fazem as pesquisas indutivas". Em outras palavras, "o leitor vai usar esse conhecimento tácito para fazer as generalizações e desenvolver novas idéias, novos significados" (RAUEN, 2002, p. 210-216).

Este tipo de pesquisa pode ser classifica-

3 Os três critérios apontados neste artigo também são adotados por outros autores, como ANDRADE, Maria M. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico 3. ed São Paulo: Atlas, 1998 p. 103-105, ou GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-43

do, conforme Bogdon e Biklen (apud RAUEN, 2002, p. 212), em:

- a) estudos de casos histórico-organizacionais: o investigador se interessa pela vida de uma instituição;
- b) estudos de casos observacionais: é a observação participante, onde o objeto de análise são componentes organizacionais;
- c) história de vida: consiste na aplicação de entrevistas semi-estruturadas com pessoa de relevo social;
- d) estudo de caso comunitário: é realizada por equipe multidisciplinar de investigadores que setorizam a unidade em exame, ressaltando os pontos de culminância, sem perder a visão integral do foco de análise;
- e) estudos de casos situacionais: relaciona-se a fenômenos específicos que podem ocorrer numa situação social;
- f) estudos de casos microetnográficos: focalizam os aspectos muito específicos de uma realidade maior;
- g) estudo comparativo de casos: são comparações entre dois ou mais enfoques específicos. Em geral, esse tipo de pesquisa descreve, explica e compara os fenômenos;
- h) multicaseos: estudo de dois ou mais sujeitos, organizações, entre outros.

Quanto às fases de desenvolvimento do estudo de caso, que não se completam numa seqüência linear, é necessário recorrer novamente às idéias de Rauén (2002, p. 213-214), para destacar as seguintes etapas:

- a) a fase exploratória: essencial para uma definição mais precisa do objeto de estudo, especificando questões ou pontos críticos, estabelecendo contatos ini-

ciais para o trabalho de campo, localizando informantes e fontes de dados necessários para o estudo;

- b) a delimitação do estudo: exige intuição, para perceber quais dados são suficientes para se chegar à compreensão total do objeto, cabendo ao pesquisador saber distinguir casos típicos, casos extremos, casos marginais. Nessa fase procede-se à coleta de informações, procurando descobrir a interação de fatores significativos e característicos do fenômeno;
- c) a análise e a elaboração do relatório: a descrição e a análise são holísticas, ligadas a uma única unidade.

Como já se observou, a opção pelo estudo de caso acontecerá quando se desejar estudar um fenômeno de natureza singular, que tenha um valor em si mesmo. Assim, pode-se ter como objeto de estudo: "um sujeito (gerente, vendedor, colaborador de uma cadeia produtiva); um pequeno grupo de sujeitos (equipe de produção, equipe de vendas); uma organização ou unidade desta organização; uma unidade geo-política onde há casos (Tubarão, Amarel, etc.)" (RAUEN; MORAES, [2000], p. 3).

Conforme os mesmos autores ([2000], p. 2-3), pode-se destacar o seguinte exemplo: "se, por exemplo, você está interessado em descrever práticas organizacionais de uma cooperativa agrícola de uma localidade que produz determinadas culturas que se destacam por sua tipicidade única, está diante da possibilidade de estudar algo que tem valor em si mesmo". Ou ainda, a seguinte situação: "as práticas de gestão universitária podem ser um caso? Depende. Se você conseguir delimitar práticas específicas em um local específico, você obtém um caso. Caso contrário, não se trata de um estudo de casos".

Por fim, a partir dessas colocações, fica

sempre presente no meio acadêmico o questionamento em relação ao valor científico desse tipo de estudo, pelo fato de apresentar uma simplicidade inicial no seu desenvolvimento.

No entanto, trata-se de uma investigação que exige alguns cuidados de natureza científica, tais como: originalidade, coerência, objetividade e consistência nas idéias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Viviane. Empresa quer novo perfil profissional. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 23 abr. 2003, p. 13.
- BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez.1996. n. 243, p. 27833-27841.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. São Paulo: McGraw-Hill, 1990.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- OLIVEIRA NETTO, Alvim A. de. **Metodologia da pesquisa científica: guia prático para a apresentação de trabalhos acadêmicos**. Florianópolis: VisualBooks, 2005.
- PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João A. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Futura, 1998.
- POISL, Eryl A. **A Contabilidade como doutrina científica**. Novo Hamburgo: Edição do autor, [1985].
- RAUEN, Fábio J.; MORAES, Anderson. **Estudo de casos: orientações básicas para elaboração de projetos e dissertações em gestão empresarial**. Tubarão: UNISUL, [2000]. Não publicado.
- RAUEN, Fábio J. **Roteiros de investigação científica**. Tubarão (S.C.): UNISUL, 2002.
- SÁ, Antônio L. de. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 1996.